



*Um guia para
as jovens mulheres
sobre a igualdade
de oportunidades
na Europa*

Lobby Europeu das Mulheres

Abril 2001



As relações de género entre mulheres e homens, a posição das jovens mulheres face às questões da educação, do emprego, da saúde, da violência, dos *media*, e dos processos de tomada de decisão, e a legislação Europeia sobre igualdade de oportunidades entre mulheres e homens: estes são os temas que as jovens mulheres europeias resolveram analisar neste Guia. O objectivo é salientar as áreas onde se fizeram progressos em termos de igualdade entre mulheres e homens, e mostrar de que forma pode a União Europeia contribuir para que se continue a avançar neste domínio. O Guia foi concebido por jovens mulheres para jovens mulheres, e pretende, para além de facilitar o debate entre os Estados Membros, ser um instrumento de consciencialização e de suporte de acções de pressão em favor da igualdade de oportunidades para os jovens da União Europeia. Os temas deste Guia não são de modo algum exaustivos: apenas procuram reflectir um certo número de preocupações-chave das jovens da União.

Para cada tema, a secção “Os factos” fornece uma visão geral da situação das jovens mulheres na Europa. A secção “A lei” apresenta as principais acções e legislação Europeias sobre cada tema. A secção “O que pensam as Jovens Mulheres” expõe as suas recomendações específicas para se atingirem progressos nas relações entre mulheres e homens, em cada tema. Esta secção resulta das opiniões de muitas e diferentes jovens, embora não reflecta completamente, como é obvio, toda a gama de opiniões possíveis das jovens, nem toda a diversidade da vida das mulheres. As ideias das jovens foram recolhidas através de reuniões e da aplicação de questionários distribuídos pela rede de jovens mulheres criada no âmbito do projecto “Mobilizar as Jovens Mulheres para a Igualdade”. Este projecto, lançado pelo Lobby Europeu das Mulheres em Julho de 1999, pretende consciencializar as jovens mulheres da União Europeia para as oportunidades que foram criadas em matéria de igualdade entre mulheres e homens, bem como para os muitos desafios que ainda subsistem. O projecto pretende encorajar os agentes políticos nacionais e europeus a ter em conta as preocupações das jovens mulheres e promover a criação de uma rede europeia de jovens mulheres.

Este projecto é um exemplo de uma “boa prática” na área da igualdade, na Europa. É um dos raros projectos que estabeleceram uma rede Europeia de jovens mulheres (em breve existirão igualmente redes nacionais) e além disso não está limitado aos movimentos “organizados” de jovens, que já estavam conscientes dos problemas. Ao invés, tentou-se alcançar pessoas que não estavam sensibilizadas ou envolvidas no debate sobre as questões da igualdade.

Índice

Introdução

1
Mudar as relações de género entre Mulheres e Homens

2
As Jovens Mulheres e a educação

3
As Jovens Mulheres e o emprego

4
As Jovens Mulheres e a saúde

5
As Jovens Mulheres e a violência

6
As Jovens Mulheres e os media

7
As Jovens Mulheres e os processos de decisão

8
Legislação Europeia sobre igualdade de oportunidades entre Mulheres e Homens

Introdução

“Quando os Direitos Humanos das Mulheres são violados e a sua participação na sociedade limitada, é a humanidade no seu conjunto que é questionada, é o tecido social que é destruído. Mulheres e homens têm a responsabilidade de parar estas forças destrutivas. Os Direitos Humanos das Mulheres são o pilar dos valores privados e civis de uma sociedade democrática. O 3º Milénio deveria assistir ao desenvolvimento de um novo contrato de género entre homens e mulheres, que assegurasse uma organização social mais harmoniosa para as mulheres e para os homens, e é por isto que a contribuição das jovens mulheres neste processo é tão decisiva.”

Denise Fuchs, Presidente do Lobby Europeu das Mulheres

Que está a Europa a fazer pelas mulheres?

Apesar dos grandes progressos feitos desde o século passado, a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens está ainda longe de ser uma realidade. Alguns países, como o Afeganistão - onde as mulheres não podem sair de casa sem estarem acompanhadas pelo marido, nem conduzir um automóvel - distinguem-se neste particular pelo seu extremismo, e as mulheres que violam tais preceitos podem ser punidas com a morte. Mas mesmo na Europa subsistem ainda muitas desigualdades, particularmente visíveis quando as mulheres entram no mercado de trabalho ou quando decidem constituir uma família. Ao mesmo tempo, como se sabe, a violência contra as mulheres pode assumir várias formas (violência doméstica, violência nas ruas, assédio sexual, etc.) e atinge as mulheres de todo o mundo independentemente da sua idade ou estatuto social.

Alguns exemplos de discriminação contra as mulheres

- As mulheres continuam a ser responsáveis por 80% do trabalho doméstico, mesmo quando trabalham fora de casa¹.
- Na realização de trabalho igual, as mulheres ganham em média apenas 76.9% do salário/ hora bruto pago aos homens na União Europeia².
- Apenas 24.1% dos membros dos Governos Europeus são mulheres³. A grande maioria das políticas é assim desenhada por homens.
- *Estima-se que uma em cada cinco mulheres na Europa é vítima de alguma forma de violência.*

¹ A Situação social na UE 2000, publicado pela Eurostat e pela Comissão Europeia.

² Eurostat - Structure of earning statistics, 1995.

³ Relatório Anual sobre Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens na UE de 1999, Comissão Europeia.

É pois bem claro que a luta pela efectiva igualdade entre mulheres e homens não pode estar ainda encerrada. E a União Europeia é um cenário propício para a promoção da igualdade: como se trata de uma instituição supranacional, a legislação Europeia tem precedência sobre as leis nacionais, nas áreas em que os Estados Membros deram poderes à União. Em consequência, os Estados Membros têm de implementar as leis da União, e devem modificar a lei nacional quando esta contradiz a lei europeia. A legislação Europeia sobre a igualdade de oportunidades progrediu significativamente desde a criação da União em 1957 e em certos casos é mais avançada do que a leis internas dos Estados Membros.

A estratégia da União Europeia na área da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens consiste numa combinação de acções específicas que promovam a igualdade e o *“mainstreaming”*, termo que significa tornar a igualdade entre mulheres e homens um objectivo de todas as políticas e programas Europeus. Desde a ratificação do Tratado de Amsterdão, seja nas políticas da juventude, de emprego ou saúde, a União Europeia assume o compromisso de ter em conta a necessidade de atingir a igualdade de oportunidades entre os sexos. Mas ao nível nacional nem sempre é este o caso. É por isso importante que as jovens mulheres se familiarizem com as acções, programas e legislação da União Europeia de forma a poderem tirar partido das oportunidades que existem e identificar as áreas onde são necessárias mais acções.

Este Guia proporciona uma visão geral do que já se conseguiu na União Europeia em matéria de igualdade de oportunidades, e do que ainda precisa ser feito. Acima de tudo, representa igualmente a contribuição das jovens mulheres para este debate.

Capítulo I: Mudar as relações de género entre mulheres e homens

Para um novo contrato entre os sexos

Os factos

A vida dupla das mulheres

Graças à luta pelos direitos das mulheres, à sua participação crescente no mercado de trabalho, ao seu direito ao voto, ao uso generalizado da contracepção (que permite às mulheres escolher se e quando querem ter filhos), as mulheres puderam sair da esfera estritamente privada e familiar à qual durante muito tempo estiveram confinadas. As mulheres romperam o contrato social implícito que durante centenas de anos as limitou a estar em casa, a criar os filhos, a realizar trabalhos domésticos, enquanto os homens trabalhavam fora de casa.

Mas apesar de as mulheres terem ganho o direito de ser cidadãs e trabalhadoras, a divisão tradicional de tarefas no trabalho e em casa ainda subsiste, mesmo entre casais jovens.

As mulheres não podem dar-se por satisfeitas com estas conquistas. Elas têm carreiras, empregos, responsabilidades profissionais, mas continuam a ser em grande medida responsáveis pelo cuidar dos filhos, pelas tarefas domésticas e por cuidar dos dependentes (cujas necessidades são cada vez maiores à medida que a população em geral envelhece). Muitas mulheres têm assim de conciliar um trabalho a tempo inteiro com uma vida familiar igualmente a tempo inteiro.

Para além dos problemas que este “duplo fardo” implica — como uma menor disponibilidade para dar a atenção devida às crianças ou a necessidade em muitos casos de trabalhar em “part-time” — as jovens mulheres manifestam muitas vezes um medo real de não estarem à altura de nenhuma das duas responsabilidades. Seja porque receiam prejudicar as suas crianças por causa da carreira, ou porque receiam ter de abandonar as suas carreiras para serem “boas mães”, as mulheres tem de enfrentar duras responsabilidades e pressões das quais os seus parceiros estão libertos.



Alguns indicadores

- Nove em cada dez famílias monoparentais são encabeçadas por uma mulher⁴.
- Os homens que tiram licenças de paternidade são uma excepção: sete homens por cada 100 mulheres na Dinamarca em 1995, um homem por cada 100 mulheres em França em 1992, e dois homens por cada 100 mulheres na Alemanha em 1995⁵.
- 41% das mulheres executivas não têm filhos, mas a maioria dos homens em posições equivalentes têm; 90.8% destas mulheres afirmam que não tem possibilidades de interromper as suas carreiras.
- A taxa de emprego de mulheres com pelo menos um filho é de 53%, a de mulheres sem filhos é de 68%.



A nova família

Uma das chaves deste problema é a forma como se concebe a família. As políticas e legislação sobre a família são frequentemente inadequadas aos novos tipos de família, como as famílias monoparentais⁴, as famílias separadas, ou casais do mesmo sexo com crianças. As jovens mulheres identificam a *necessidade de redefinir a família e o casal, com uma abordagem mais flexível e tolerante*. Consideram ainda a necessidade de envolver os jovens do sexo masculino na definição do futuro da igualdade. O debate não é possível sem eles. Reconhecem que os homens estão também sujeitos a pressões que limitam a sua participação neste tipo de debate.

A lei

A legislação europeia oferece um conjunto de soluções para ajudar as mulheres a reconciliar a vida profissional e familiar:

Cuidados infantis: Uma Recomendação do Conselho de Ministros, o organismo que representa os Governos dos países Membros da União Europeia, aborda a questão dos cuidados infantis e apoia iniciativas que ajudem as mulheres e os homens a combinar a sua vida profissional com a assistência aos filhos.

Licença parental: Uma Directiva estabelece um mínimo de três meses de licença parental para as mulheres, bem como para os homens, na sequência do nascimento ou adopção de uma criança.

Mulheres grávidas: Uma Directiva de 1992 estabelece uma série de requisitos mínimos para a melhoria da segurança e da saúde no local de trabalho para as mulheres grávidas, para aquelas que deram recentemente à luz, ou para as que estão em período de amamentação, e estabelece ainda licenças de maternidade pagas, proporcionando protecção contra a possível degradação do seu vínculo laboral.

O que pensam as jovens mulheres

A prioridade das jovens mulheres é estabelecer um novo contrato entre mulheres e homens que proporcione a todas as pessoas uma participação plena e completa, em igual plano, em todas as áreas. Isto implica:

- Uma nova definição do papel das mulheres e dos homens na sociedade.
- Encorajar o trabalho em "part-time" (quando livremente escolhido), licenças parentais pagas divididas entre a mãe e o pai, e o estabelecimento, por parte dos Estados Membros, de cuidados infantis acessíveis e de qualidade e de assistência a pessoas dependentes, bem como a redução do horário de trabalho, por forma a facilitar a compatibilização entre trabalho e família.
- Fazer uma avaliação do valor económico do trabalho "invisível" das mulheres em casa, por forma a torná-lo visível.

4. Famílias monoparentais na Comunidade Europeia, Comissão Europeia, 1992.

5. Relatório Anual sobre Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens na UE de 1995, Comissão Europeia.

6. Eurostat, 1998, European Union Labour Force Survey.



Alguns indicadores

- Apenas 45% dos participantes na educação e na formação profissional são mulheres.
- Apenas 4% das posições de docência universitária são ocupadas por mulheres na Áustria, sendo este número de 10% na Itália, 12.8% na Finlândia, e 13% em França⁷.
- As mulheres têm de longe melhores desempenhos do que os homens na escola e na universidade, mas é-lhes não obstante mais difícil arranjar emprego. Na União Europeia, 21% das jovens mulheres estão desempregadas, por comparação com 18.2% dos jovens⁸.

A igualdade aprende-se

Os factos

Educação, o motor da igualdade

A educação proporciona a oportunidade de "aprender" a igualdade entre mulheres e homens. A educação não-sexista torna possível desde muito cedo combater os preconceitos, a discriminação e os estereótipos tradicionais relativos aos papéis das mulheres e dos homens. As jovens mulheres da rede todas as concordam que *uma educação apropriada pode corrigir muitos dos estereótipos que fundamentam as desigualdades que afectam as mulheres*. A educação e a formação são igualmente cruciais para o acesso das mulheres ao mercado de trabalho.

As raparigas e mulheres europeias enfrentam, não obstante, mais obstáculos do que os homens no que se refere ao acesso à educação, ao reconhecimento das suas capacidades no sistema educativo (por parte dos professores quando são alunas, e por parte da sua hierarquia quando se tornam professoras) e no acesso ao emprego. A educação, que deveria ser o motor da igualdade de oportunidades, frequentemente acaba por reproduzir a discriminação entre mulheres e homens.

A consequência não é apenas a discriminação, é toda a sociedade Europeia que perde, ao privar-se do potencial intelectual de metade da sua população, numa altura em que a Europa tem de provar a sua capacidade de competir no mercado mundial.

Um direito recusado a algumas jovens

Tradicionalmente, para as minorias étnicas, a educação representou uma possibilidade de integração, de escolha, e de progresso social, uma forma de se ser avaliada pelo próprio mérito. Mas em algumas comunidades, o acesso das raparigas à educação é um problema real: a educação não é vista como uma prioridade para as raparigas, que não são nem encorajadas nem apoiadas na continuação dos seus estudos — isto quando não são pura e simplesmente proibidas de estudar -. Além disso, os pais imigrantes ou pertencentes a minorias étnicas não estão por vezes bem informados sobre o funcionamento do sistema educativo. Assim, para estas raparigas, a educação nem sempre é um direito.

A lei

A União Europeia lançou grandes programas educativos à escala europeia, todos eles enfatizando a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens.

- **JUVENTUDE:** é o maior programa de políticas de juventude, que inclui intercâmbios de jovens e voluntariado à escala europeia, e estabeleceu a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens com um dos seus objectivos.
- **LEONARDO:** este programa, dedicado à formação profissional, proporciona oportunidades de aprendizagem e de desenvolvimento de carreira em outros países. A igualdade entre os sexos é uma das suas metas.
- **SOCRATES:** apoia a cooperação Europeia em todas as áreas relacionadas com a educação, e fez da igualdade entre mulheres e homens um dos critérios de selecção.

O que pensam as jovens mulheres

As jovens mulheres propõem ideias específicas para que cada elemento do sistema educativo contribua para a igualdade entre mulheres e homens:

- Consciencializar não apenas os alunos, mas também os professores, o pessoal de apoio e os pais em relação às questões da igualdade.
- Utilizar linguagem não-sexista em todos os materiais educativos (por exemplo, "ser humano" e não "o Homem") de forma a combater a discriminação presente na linguagem que usamos todos os dias.
- Encorajar a aprendizagem ao longo da vida e facilitar o retomar dos estudos, em particular para jovens mulheres forçadas a abandonar a escola por terem engravidado.
- Formar professores e alunos na história das mulheres e no tema da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens.



Para mais informações sobre estes programas, visita

http://www.europa.eu.int/comm/dgs/education_culture/educ/index_pt.html
<http://www.sej.pt/>

7 Notas da Conferência "Mulheres e Ciência" entre 28-29 de Abril de 1998, Comissão Europeia.

8 A situação social na UE 2000, Eurostat — Comissão Europeia.

As mulheres são as primeiras vítimas da flexibilidade

Os factos

Dupla discriminação

O fosso entre as mulheres e os homens no mercado de trabalho permanece alargado em todos os países da União Europeia: *a taxa de emprego das mulheres é mais baixa, ficam desempregadas durante mais tempo, ganham menos e têm empregos menos seguros*. As jovens, em particular, pagam o preço da flexibilidade do mercado de trabalho, e sofrem uma dupla discriminação: Primeiro, por serem jovens, vivendo a difícil fase de transição entre o sistema de ensino e o mundo do trabalho, pertencendo a um escalão etário cuja taxa de desemprego é em média duas vezes mais elevada que a dos escalões etários mais elevados, e ficando à mercê dos empregadores, que as exploram a pretexto de lhes estarem a proporcionar experiência profissional. Em segundo lugar, são discriminadas por serem mulheres, e têm maior probabilidade de obterem empregos de baixos salários ou de baixa qualificação. Alguns grupos de mulheres, como as imigrantes, as portadoras de deficiência ou as lésbicas, enfrentam ainda maiores dificuldades.

As mulheres, maioritariamente, continuam a assumir maiores responsabilidades familiares e resignam-se a aceitar empregos em “*part-time*” que lhes possibilitem conciliar as responsabilidades familiares e profissionais. O trabalho em “*part-time*” limita o seu potencial de desenvolvimento profissional, e acima de tudo reduz os seus direitos e possibilidades de beneficiar de protecção e assistência social, tornando-as ainda mais vulneráveis.

Onde estão as mulheres?

A análise da repartição entre mulheres e homens em cada sector de actividade mostra a persistência de uma considerável discriminação, e que são necessárias políticas de educação e formação especificamente destinadas a jovens mulheres para se atingir um equilíbrio. Embora as jovens mulheres escolham cada vez mais profissões tipicamente “masculinas”, continuam sobre-representadas nas profissões tradicionalmente “femininas”, como secretárias ou cabeleireiras, e sub-representadas em posições de responsabilidade ou em profissões técnicas. Da mesma forma, as mulheres e os homens não estão presentes de forma proporcional em sectores como as tecnologias da informação e comunicação (TIC) - apesar do grande crescimento deste sector - onde as mulheres ocupam geralmente posições na base da hierarquia. E mesmo em sectores ocupados maioritariamente pelas mulheres, como a saúde, as mulheres trabalham como enfermeiras, mas uma grande maioria dos directores de hospitais e chefes de departamento são homens.

Alguns indicadores

- Na União Europeia como um todo, para o mesmo trabalho as mulheres ganham em média 76% do salário/hora bruto pago aos homens⁹.
- A taxa de emprego das mulheres é de 51.2%, enquanto que a dos homens é de 70.8%¹⁰.
- Na União Europeia, 21% das jovens (entre 15 e 25 anos) não têm trabalho, sendo a mesma percentagem, no caso dos rapazes, de 18.2%¹¹.
- 83% dos trabalhadores em “*part-time*” da União Europeia são mulheres.

⁹ Eurostat, 1999.

¹⁰ Eurostat, 1998.

¹¹ Eurostat, 1998.

A lei

A legislação europeia em matéria de igualdade de oportunidades no emprego é muito abrangente. Inclui áreas tão variadas como a igualdade de tratamento nos sistemas de protecção social, igualdade salarial, licenças parentais, aplicação do princípio da igualdade de tratamento em matéria de acesso ao emprego, formação e valorização profissionais, e ainda condições de trabalho e aproximação das legislações sobre igualdade de oportunidades dos vários Estados Membros. Além disso, desde 1997, uma pessoa vítima de discriminação sexual no local de trabalho não tem de provar em tribunal que foi efectivamente vítima de tal situação - o que é geralmente difícil -. Ao invés, é a quem é acusado que compete provar que a situação de discriminação não teve lugar.

O que pensam as jovens mulheres

As prioridades das jovens mulheres incluem convencer os Estados Membros da União a:

- Alargar a licença de maternidade (com melhor remuneração) e a licença parental (partilhada com o pai), e aumentar o número de estruturas acessíveis de cuidados infantis, as quais facilitam o acesso de pais e mães ao mercado de trabalho.
- Sublinhar o papel dos sindicatos (ainda largamente dominados por homens) na defesa das jovens mulheres, de forma a combater a discriminação invisível, ou seja, aquela que, sem ter as mulheres como alvo directo, acaba por as afectar de forma particular, e que é tratada como sendo neutra em termos de género (como por exemplo a discriminação contra os trabalhadores em "part-time" ou flexíveis, sabendo que a grande maioria deles são mulheres).
- Encorajar o acesso por parte das mulheres a posições de responsabilidade, através da introdução temporária de quotas de mulheres para esses lugares.
- Suportar a criação de empresas de mulheres para mulheres, para contrabalançar a falta de confiança que os serviços de assistência mostram nas mulheres, e a falta de confiança das mulheres nelas próprias.



Capítulo 4: Jovens mulheres e a saúde

O corpo das mulheres - esquecido pelos profissionais da saúde

Os factos

As mulheres vivem em média, na Europa, seis anos mais que os homens (até aos 81.9 anos em França, e até aos 77.8 na Dinamarca) mas esses anos extra são frequentemente passados com uma saúde deteriorada. As mulheres sofrem de uma série de desordens crónicas, como o "stress", que não são, com frequência, levadas a sério pelos médicos e investigadores.

A tirania da magreza

As jovens alertaram para as consequências desastrosas das desordens alimentares, tais como a anorexia e a bulimia, entre as jovens Europeias. As jovens são particularmente vulneráveis à tirania da magreza e da aparência física, como resultado de estereótipos perpetuados pelos media. Contudo, há muito poucos indicadores, desagregados por sexo, relativos aos hábitos alimentares, peso, actividade física e desordens alimentares. Estima-se que 1% das adolescentes Europeias sofre de anorexia e 4% de bulimia. Este problema é uma das consequências da distorção da imagem da mulher na sociedade e nos *media*.



Alguns indicadores

- 35% das mulheres com 15 e mais anos afirmam-se infelizes com o seu peso. Isto é verdade para 42.1% das Gregas e 28.6% das Irlandesas¹².
- A Osteoporose, que afecta muitas mulheres, só em 1994 foi oficialmente reconhecida como doença pela Organização Mundial de Saúde (OMS).
- As mulheres têm uma probabilidade duas vezes maior do que os homens de sofrer de depressão¹³.

¹² Eurobarómetro, 1996.

¹³ A Saúde das Mulheres na Comunidade Europeia, Comissão Europeia, 1997.

O direito à saúde reprodutiva para todos

As jovens mulheres reflectiram longamente sobre a questão da saúde sexual e reprodutiva, uma área onde os direitos estão longe de estar assegurados, mesmo na União Europeia. Apoiam a criação de serviços de saúde reprodutiva gratuitos e abertos a todos, e de uma forma geral uma educação sexual adequada às necessidades reais das mulheres, nomeadamente no que se refere às questões das Doenças Sexualmente Transmissíveis e da gravidez indesejada. Só proporcionando informação abrangente e meios de contracepção acessíveis às raparigas e aos rapazes se pode inverter o crescimento alarmante da gravidez não planeada entre a população adolescente.

Pesquisa médica e farmacêutica vira as costas às mulheres

As prioridades de investigação e desenvolvimento na área da saúde parecem frequentemente ignorar as necessidades específicas das mulheres. A reacção das mulheres aos tratamentos médicos é diferente da dos homens; os seus corpos não absorvem os medicamentos da mesma forma. *No entanto, a maioria dos testes farmacêuticos são feitos com homens, mesmo quando se trata de doenças que afectam mais as mulheres. Além disso, a violência contra as mulheres e as pressões que enfrentam todos os dias (responsabilidades familiares, dificuldades financeiras, a imagem distorcida do seu corpo perpetuada pelos media) influenciam a sua saúde, e a medicina e a investigação não levam estes factores em consideração.*

A lei

Os cuidados de saúde são ainda essencialmente uma área da exclusiva responsabilidade dos Estados Membros. No entanto, a União Europeia introduziu artigos nos Tratados Europeus relativos à protecção social, saúde e segurança dos trabalhadores (mulheres e homens) e incorporou preocupações de saúde pública em todas as políticas Comunitárias.

Além do mais, a União Europeia lançou programas de combate ao cancro, à SIDA e à toxicod dependência, juntamente com um programa de promoção da saúde e um outro programa de indicadores da saúde.

Para mais informações

http://europa.eu.int/comm/health/index_pt.html

<http://www.ipdt.pt/>

O que pensam as jovens mulheres

As jovens mulheres salientam que:

- Deve ser assegurado o direito à identidade e à autonomia sexual para todas as jovens, incluindo as portadores de deficiência, imigrantes e lésbicas.
- Deve ser proporcionado um acesso aberto e gratuito a serviços de saúde reprodutiva e tratamento ginecológico.
- Todas as jovens mulheres, e em particular aquelas que são afectadas por situações de pobreza ou exclusão, devem ter acesso a cuidados de saúde gratuitos e de qualidade.
- A pesquisa médica e a formação para profissionais de saúde deve ter em conta as características físicas específicas das mulheres.
- As estatísticas médicas devem ser desagregadas por sexo, por forma a proporcionar retratos mais claros das várias situações (por exemplo, do tabagismo entre as mulheres) e a permitir um desenho adequado das políticas de saúde pública.

Todas as mulheres são iguais em face da violência masculina

Os factos

A violência é omnipresente e assume múltiplas formas

Todas as mulheres sofrem violência por parte dos homens, em dada altura e de alguma forma, seja violência física, sexual ou psicológica, cometida pela família, pela comunidade ou pelo Estado. Os abusos sexuais e físicos das crianças do sexo feminino, as violações por parte do marido, a mutilação genital, o incesto, o casamento forçado, tudo isto são formas de violência. E ao contrário do que se costuma pensar, a violência contra as mulheres não está ligada à pobreza ou ao abuso do álcool ou das drogas. A violência atinge todas as classes sociais em todos os países.

As jovens enfatizam que a violência contra as mulheres não pode nunca, seja em que circunstância for, ser justificada por práticas culturais ou tradições religiosas: nada pode legitimar o apedrejamento, a mutilação ou o ostracismo, por exemplo.

As mulheres portadoras de deficiência e as raparigas ou mulheres em posições de vulnerabilidade (por exemplo as que procuram asilo político ou as mulheres imigrantes que não têm possibilidades, de forma independente, de beneficiar de apoio social) têm maior probabilidade de ser vítimas de violência e requerem uma atenção especial. A extensão do problema é o reflexo de uma sociedade patriarcal, na qual os estereótipos e as discriminações estão ainda firmemente estabelecidos. Com demasiada frequência, os homens acham-se no direito de usar de violência contra a sua parceira ou contra os seus filhos, como se as regras da sociedade em geral não se aplicassem dentro de casa ou entre um casal. As jovens mulheres enfatizam a necessidade urgente de trazer para o domínio público o debate sobre a violência contra as mulheres.



Alguns indicadores:

As estatísticas sobre violência contra as mulheres são incompletas e de difícil acesso⁴. Sabemos contudo, que⁵:

- 98% das vítimas de violência doméstica são mulheres.
- Uma mulher em cada cinco na Europa sofreu alguma forma de violência às mãos do seu parceiro.
- A violência doméstica contra as mulheres tem um custo: um estudo realizado na Holanda estima que o custo da violência doméstica atinge 150 milhões de euros (cerca de 30 milhões de contos)⁶.

As jovens mulheres são as principais vítimas do tráfico de seres humanos

As jovens mulheres e as raparigas são as principais vítimas do tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual, uma forma particularmente abominável de violência, que combina frequentemente violência física e psicológica. Recrutadas por traficantes para redes de exploração sexual, através de falsas promessas de emprego como criadas ou bailarinas, estas jovens, ao chegarem a um país estrangeiro, perdem tudo o que têm. Ameaçadas, abusadas, isoladas e sem documentos, estas mulheres são extremamente vulneráveis. É-lhes muito difícil escapar a esta situação. A Organização Internacional para as Migrações estima que o número de mulheres vítimas de tráfico de seres humanos na União Europeia atinja as 500.000, das quais cerca de 300.000 da região dos Balcãs.

A lei

Em muitos países da União Europeia, é mais fácil obter ajuda se o nosso carro avariar do que se formos abusadas. A violência familiar é ainda considerada algo que pertence à esfera privada, e na qual quem está de fora não se deve meter.

Os Estado Membros têm feito, apesar de tudo, alguma coisa: alguns países tomaram medidas no sentido de impedir o acesso de homens culpados de violência doméstica ao domicílio conjugal, bem como de punir aqueles que fomentam a prostituição, e estabeleceram ainda linhas telefónicas de apoio às vítimas.

A Comissão Europeia financiou uma campanha de informação a nível Europeu sobre violência contra as mulheres (1999-2000). O Programa Comunitários DAPHNE visa proteger as mulheres e as raparigas da violência. O Programa Comunitário STOP, por seu turno, apoia acções contra o tráfico de mulheres.

Para mais informações sobre estes Programas, ver

http://europa.eu.int/comm/justice_home/project/daphne/pt/index.htm
http://europa.eu.int/comm/justice_home/project/stop_pt.htm

O *Lobby Europeu das Mulheres* criou o primeiro Centro Europeu de Acção Política sobre Violência contra as Mulheres, o qual inclui um Observatório de violência contra as mulheres. O LEM conduziu também em 2000 uma campanha chamada "Cidades sem Violência" em oito cidades Europeias, por forma a quebrar a conspiração de silêncio que rodeia as mulheres vítimas de violência.

O que pensam as jovens mulheres

Para as jovens mulheres, combater a violência contra as mulheres requer uma crescente consciencialização de todos. Fazem, assim, apelo às seguintes medidas:

- Campanhas de consciencialização, de forma a assegurar que a violência contra as mulheres deixe de ser considerada como um aspecto exclusivo da vida privada.
- Formação específica para os agentes policiais, funcionários judiciais, e para todos aqueles que lidam com a violência nas suas actividades diárias.
- Leis mais eficazes para proteger as vítimas de violência masculina, no que se refere por exemplo, aos casos de violação, ou a impedir aqueles que cometem actos de violência doméstica de continuar a viver no domicílio conjugal.
- Penas mais pesadas para crimes sexuais e para o tráfico de mulheres.

¹⁴ Consulta também o Site da Organização Mundial de Saúde (OMS) no endereço:

[http://www.who.int/violence_injury_prevention/vaw/prevalence.htm#Table 1](http://www.who.int/violence_injury_prevention/vaw/prevalence.htm#Table%201). Prevalence.

¹⁵ Dados retirados do relatório do LEM "Revelando os dados ocultos sobre violência doméstica contra as mulheres", 1999.

¹⁶ Economic Costs of Domestic Violence Against Women, D. J. Korf, E. Mot, H. Meulenbeek, T. van den Brandt, Stichting Vrouwenopvang Holanda, 1997.

A má utilização do poder

Os factos

Os perigos dos estereótipos

As políticas de igualdade de oportunidades não devem negligenciar os *media*. Eles são uma ferramenta valiosa para apoiar a causa da igualdade de oportunidades. Contudo, *o seu poder é frequentemente usado contra as mulheres: os media exploram, constantemente, a imagem das mulheres como objectos sexuais, ajudando assim a reforçar os estereótipos negativos*. As jovens estão preocupadas com a imagem que os media passam das mulheres. Concordam unanimemente que *esta imagem parcial, sexualizada, e frequentemente degradada reflecte simplesmente a imagem que se tornou aceite pelas sociedades Europeias, e é um factor importante na manutenção da discriminação contra as mulheres*. Condenam o facto de por exemplo, as estações de televisão colocarem “*top-models*” apresentando programas, de forma a atrair audiências. A publicidade, por seu turno, bombardeia-nos com representações estereotipadas, seja a da “mulher-dominadora”, ou a da “mulher-capacho”, ou a da mulher “bonita mas estúpida”, isto para vender produtos tão variados como carros, detergentes ou perfumes.

As mulheres migrantes sofrem particularmente com as mensagens distorcidas disseminadas pelos media. Os *media* ajudam a reforçar os preconceitos contra elas, já que apenas utilizam a sua imagem quando se trata de projectar estereótipos raciais ou sociais ou de ilustrar reportagens sobre crime, baixa escolaridade ou assistência social. O público tende, assim, a associar mulheres migrantes com situações de marginalização extrema, tornando assim ainda mais difícil a sua integração.

Um potencial subaproveitado

O enorme potencial dos *media* na promoção do interesse das mulheres está largamente subaproveitado. As redes de comunicação mundiais permitem às mulheres ganhar acesso a novas e quase instantâneas formas de comunicação, e usar métodos mais rápidos e eficazes de disseminação e partilha de informação. Contudo, as mulheres não usam suficientemente estas oportunidades. Se bem que muitas mulheres tenham carreiras na comunicação, muito poucas têm posições de responsabilidade.

Como consumidoras, as jovens mulheres têm o poder de alterar este estado de coisas, e de promover a consciencialização juntos dos *media*, e também do público em geral, de que elas são membros de pleno direito da sociedade, e que querem ter uma palavra a dizer, não podendo ser exploradas sistematicamente como objectos sexuais.

Alguns indicadores:

- Os homens ocupam 87% das posições chave no sector dos *media*.
- As mulheres representam 36% das equipas de produção de conteúdos audiovisuais na Europa Ocidental¹⁷.
- As mulheres representam 29% dos jornalistas / editores na imprensa escrita na Europa Ocidental¹⁸.

¹⁷ Margaret Gallagher, *An Unfinished Story*:

Gender in Media employment, Unesco 1995.

¹⁸ Idem.

A lei

O Comité de Aconselhamento para a Igualdade de Oportunidades junto dos *media* foi criado com o apoio da Comissão Europeia em 1990.

Em 1984, o Conselho da Europa adoptou uma recomendação sobre Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens nos *media*.

Em 1987, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre a imagem e a posição da mulher nos *media*.

O que pensam as jovens mulheres

A maior prioridade das jovens mulheres é encorajar os *media* a deixar de representar as mulheres como seres inferiores e de as explorar como objectos sexuais, assumindo o seu papel de promotores de uma imagem positiva e realista da mulher. Isto requer:

- Acompanhamento dos *media*, feito por organismos independentes - como por exemplo comités de ética - que avaliem o uso e o impacto dos *media* sobre as mulheres.
- Sanções para a discriminação sexista dos *media* tão severas quanto aquelas que se aplicam a outros tipos de discriminação (por exemplo discriminação racial).
- Sensibilizar as Organizações não Governamentais (ONG) para a necessidade de promover campanhas contra a publicidade sexista nos *media*, seguindo o exemplo das *Chiennes de garde* (literalmente, as "cadelas de guarda") (<http://chiennesdegarde.org>), por forma a combater os insultos contra as mulheres políticas e a publicidade sexista.



Capítulo 7 : As jovens mulheres e os processos de decisão



Alguns indicadores

- 26.8% dos membros do Parlamento Europeu são mulheres¹⁹.
- Em 1999, uma mulher foi nomeada juíza do Tribunal Europeu de Justiça pela primeira vez desde a criação deste organismo em 1952!
- O nível de participação das mulheres nos Governos varia grandemente de país para país: na Suécia elas representam 50% do Governo, mas em Portugal representam apenas 10% e na Grécia 5%²⁰.
- Menos de 30% das PME Europeias são dirigidas por mulheres²¹.
- Em 1998, 28% dos órgãos dirigentes dos Sindicatos Europeus eram mulheres²².

A notável ausência das mulheres em posições de decisão

Os factos

Um “homem” em cada dois é uma mulher

As mulheres podem representar a maioria da população na Europa, mas isto não está reflectido nem nos Governos, nem nos Parlametos, nos negócios, ou em qualquer dos grandes organismos de decisão. Estão sub-representadas nas posições de poder na política, na administração pública e, particularmente, no sector privado.

Enquanto não obtiverem uma presença proporcional nos processos de decisão, as mulheres serão privadas de grande parte dos seus direitos como cidadãos. O direito ao voto não é suficiente. O direito de participar em todos os níveis de decisão é essencial para que a contribuição, a percepção, as aspirações e as necessidades das mulheres, bem como as suas estratégias particulares de abordagem, sejam tidas em conta nas decisões e nas políticas que as afectam, na mesma medida em que as necessidades dos homens são previstas. Não se trata apenas de uma questão de princípio, é um pré-requisito fundamental para assegurar que a perspectiva das mulheres sobre todos os assuntos seja uma componente central dos processos de decisão.

¹⁹ As Mulheres nas posições de poder político, Statistics, European Commission, 1998.

²⁰ Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens na União Europeia, relatório anual, 1998.

²¹ Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens na União Europeia, relatório anual, 1996.

²² The second sex of the European trade union movement, Confederação Europeia dos Sindicatos e Universidade Católica de Lovaina, 1999.

Desigualdade para promover a igualdade

Como pode ser alterada a sub-representação das mulheres nos processos de decisão? As jovens mulheres são a favor de medidas de acção positiva, isto é, medidas que favoreçam as mulheres em relação aos homens. O objectivo não é penalizar os homens criando um novo tipo de discriminação de longo prazo, mas sim ajudar as mulheres a atingir uma equilibrada representação de género. Estas medidas devem pois ser temporárias e ser acompanhadas por outras que facilitem a participação das mulheres. O sistema de Quotas é um exemplo destas medidas. As Quotas são actualmente usadas de forma mais ou menos sistemática na Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Itália e Holanda.

A Democracia Paritária, que consiste numa representação 50/50 de homens e mulheres em todos os organismos de decisão, é um conceito que está a ganhar uma aceitação cada vez maior. Para conseguir isto, um certo número de medidas está a ser posto em prática, nomeadamente limiares de paridade e medidas de acção positiva.

A lei

Em 1996, o Conselho Europeu de Ministros, que é o organismo de decisão política que representa os Estados Membros da União Europeia, solicitou aos Estados Membros que abordassem a questão da sub-representação das mulheres nos processos de decisão e corrigissem este facto em todos os níveis de responsabilidade dentro de cada país. Além disto, o Tratado de Amsterdão adoptou medidas de acção positiva em favor do grupo sub-representado.

O conceito de Democracia Paritária releva de um reconhecimento por parte do Conselho da Europa de que as mulheres e os homens não podem exercer plenamente a sua cidadania a menos que exista igual representação.

O conceito de Democracia Paritária foi introduzido pela primeira vez em França no ano 2000.

O que pensam as jovens mulheres

Para abordar a questão da sub-representação das mulheres nos processos de decisão, as jovens mulheres propõe as seguintes medidas:

- Defender a implementação de um sistema de quotas nas posições de liderança dos partidos políticos que permita igualdade de resultados, ou seja, assegurar que as mulheres são colocadas em posições de topo nas listas de voto o que é também um bom exemplo de medida de acção positiva.
- Facilitar o acesso das mulheres às posições de decisão na esfera económica através de, por exemplo, medidas de acompanhamento dos processos de recrutamento, selecção, e promoção, e da adopção de um sistema de quotas, para implementar políticas de igualdade de oportunidades em todas as áreas do mercado de trabalho.
- Melhorar o acesso das mulheres a redes tradicionalmente dominadas por homens, e desenvolver redes especificamente viradas para a questão da situação das mulheres nos processos de decisão, por forma a contemplar as suas necessidades profissionais e pessoais.

A Europa como um exemplo para a igualdade

Os factos

A Europa alarga o conceito de igualdade

A União Europeia não é apenas um mercado comum; o seu desenvolvimento vai no sentido de uma União "social". Desde a criação das comunidades europeias em 1957, a legislação sobre igualdade de oportunidades, que inicialmente visava, acima de tudo, garantir igualdade salarial entre mulheres e homens, registou consideráveis progressos, de tal forma que hoje se estende a todas as formas de discriminação sexual no local de trabalho.

Impacto na vida quotidiana

O âmbito das actividades da União em todas as suas áreas de competência é tão vasto, que influencia directamente a vida quotidiana das mulheres. Além do mais, nas áreas em que os Estados Membros deram à União Europeia poder de agir, as leis Europeias têm precedência, como já referimos, sobre as leis nacionais, e uma lei nacional que contradiga uma lei Europeia tem que ser alterada. Por outras palavras, se há progressos a nível Europeu, eles têm que ser incorporados a nível nacional.



A lei

Os Tratados

Igualdade salarial no Tratado de Roma (1957)

A primeira disposição legislativa importante em matéria de igualdade de oportunidades no primeiro texto legal Comunitário está contida no artigo 119 do Tratado de Roma, que introduziu o princípio de igualdade salarial para trabalho equivalente entre mulheres e homens. Este princípio foi largamente usado pelo Tribunal Europeu de Justiça para assegurar a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens no mercado de trabalho em geral.

Discriminação sexual no Trado de Amsterdão

Em 1997, o princípio da igualdade entre mulheres e homens, alargado para além das questões salariais, foi introduzido pela primeira vez em Tratados Europeus como um dos objectivos básicos do novo Tratado (artigos 2 e 3 do Tratado de Amsterdão). O artigo 13 do mesmo Tratado, que é um artigo relativo à discriminação em geral, faz também referência à discriminação com base no sexo. Esta foi uma das grandes vitórias do Lobby Europeu de Mulheres. O progresso alcançado nesta instância ficou a dever-se às pressões efectuadas por muitas mulheres em toda a Europa.

Referência à igualdade salarial no Tratado de Amsterdão

O artigo 141 do Tratado de Amsterdão contém uma referência à igualdade salarial para mulheres e homens para trabalho igual ou para trabalho de valor igual, e introduz medidas de acção positiva para conseguir isto.

Directivas

As directivas são "leis" adoptadas a nível europeu, e que devem ser transpostas para a legislação nacional de todos os Estados Membros (uma lei nacional que contradiga uma Directiva tem que ser alterada).

As principais directivas sobre igualdade de género são:

- Igualdade salarial (1975)
- Igualdade de tratamento em matéria de emprego, formação profissional, promoção e condições gerais de trabalho (1976)
- Sistemas de segurança social (1978 e 1986)
- Igualdade de tratamento para as mulheres trabalhadoras independentes e respectivos cônjugues (1986)
- Gravidez e maternidade (1992)
- Licença parental (1996)
- Ónus da prova em casos de discriminação sexual (1998).

A Carta Europeia dos Direitos Fundamentais

A Carta Europeia dos Direitos Fundamentais foi proclamada em Dezembro de 2000, mas o seu estatuto legal permanece incerto. Apesar de fazer referência à discriminação contra as mulheres, é no seu todo um documento de referência insatisfatório para abordar a discriminação. A menção que faz à proibição de discriminação contra as mulheres é insuficiente.

Leis internacionais

Os Estados Membros da União Europeia estão também obrigados pelas leis internacionais aprovadas por outras instituições. Também estas têm precedência sobre as leis nacionais, como por exemplo:

(O direito ao) Gozo dos direitos fundamentais sem discriminação (incluindo a discriminação sexual) estabelecido na Convenção Europeia dos Direitos Humanos de 1953;

(O direito a) Acesso igual por parte de mulheres e homens e igualdade de oportunidades na vida política e pública, na educação e no emprego, estabelecido na Convenção das Nações Unidas para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres de 1981. As conferências das Nações Unidas sobre as Mulheres, como a Conferência de Pequim de 1995, ajudam também a promover a igualdade sexual em todo o mundo.

O que pensam as jovens mulheres

As jovens mulheres têm ideias específicas para aproveitar plenamente e desenvolver a legislação europeia sobre a igualdade, através das seguintes formas:

- Tirar partido das oportunidades legais proporcionadas pelo novo Tratado de Amsterdão.
- Iniciar campanhas que aumentem a consciencialização pública da igualdade entre mulheres e homens.
- Criação de Conselhos de Juventude compostos por um número equivalente de raparigas e rapazes que aconselhem os Governos a nível local, nacional e Europeu.
- Informar as jovens mulheres acerca da legislação existente e promovendo outras iniciativas de consciencialização.

<http://youngwomen.womenlobby.org>

O que é o Lobby Europeu das Mulheres?

O Lobby Europeu das Mulheres (LEM) é a maior coligação de Organizações Não Governamentais de mulheres da União Europeia. Criado em 1990, o seu objectivo é o de defender os interesses das mulheres a nível Europeu. O LEM promove igualmente campanhas de sensibilização dos agentes políticos para a situação de discriminação contra as mulheres, bem como acções que visam informar as mulheres dos seus direitos e dos programas e legislação da União Europeia na área da igualdade de oportunidades.



Secretária-Geral do LEM

Mary Mc Phail

Coordenadora Europeia do projecto das jovens mulheres / Editora

Cécile Gréboval

Concepção gráfica

Olivier Hardy / Gauthier Burny / Vincent Steinert

Tradução da versão Portuguesa

António Rebelo

Coordenadora Portuguesa do projecto das jovens mulheres / Editora

Sofia Fernandes

Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens

Av. da República, N 32 – 1 Esq. – 1050-193 Lisboa ☎ + 351217937671 📠 +351 217950183

✉ ong.dm@mail.telepac.pt 🌐 www.jovens-igualdade.domainvalet.com



Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades

Em colaboração com

SAMS, Fórum para a Cooperação de Mulheres na Suécia

CPLEM - Coordenação Portuguesa para o Lobby Europeu de Mulheres

Coordenação Grega para o Lobby Europeu de Mulheres



Apoios

Programa de Acção Comunitário a Médio Prazo

para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens

Ministra Portuguesa para a Igualdade



EWL- LEF

18, rue Hydraulique B-1210 Bruxelles

☎ +32 2 217 90 20 📠 +32 2 219 84 51

✉ ewl@womenlobby.org 🌐 <http://www.womenlobby.org>